

**O “PÓS-SOCIAL” E A LINGUAGEM:
REPRESENTAÇÃO OU CONSTITUIÇÃO DO MUNDO?**

Carlos Alvarez Maia (UERJ)
alvarez@iis.com.br

A acepção da sociedade como formada estritamente por indivíduos conectados entre si nos conduz para a compreensão de linguagem como instrumento de comunicação entre esses indivíduos. Assim a linguagem cumpre a função de descrever e representar os acontecimentos que ocorrem no mundo como se ocorressem de maneira realista e independente desses sujeitos. Tal realismo é sustentado pelas descrições e representações desenvolvidas pelos agentes sociais. Nesse entendimento, o conceito de “social” é tomado como uma designação para a relação que os indivíduos mantêm entre si, afastados do mundo, da realidade material que lhes é suposta como exterior.

Já com o conceito de “pós-social”, de Karin Knorr Cetina, pensa-se que a sociedade esteja integrada ao contexto no qual os sujeitos vivem suas existências. Nesse modelo, o contexto, o cenário das ações, torna-se componente inseparável desse existir humano. Com essa perspectiva, refaz-se a compreensão de linguagem como mero formato comunicante de pensamentos e eventos. Desfaz-se a ideia de linguagem como representação mental de coisas como se essas representações fossem – ou estivessem em – uma instância distinta das coisas descritas ou representadas. A linguagem passa a ser compreendida como parte intrínseca do mundo, da sua materialidade. Isto é, considera-se que a representação e as coisas encontram-se amalgamadas, a linguagem torna-se constitutiva do mundo, de seus objetos e de seus sujeitos.

Esse caráter para a linguagem rompe com a perspectiva mentalista ou a representacional e passa a fazer parte integral daquilo que se compreende como o mundo “exterior” aos sujeitos. O mundo é aquilo que se constitui como linguagem.

Há duas formas de se entender as interações sociais com o mundo: ou como modo de conhecer o Real ou como intervenção na realidade – SABER ou FAZER. Entre o conhecimento DO mundo e a

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

ação NO mundo, a historiografia oscila entre a representação do Real e a performance na realidade histórica. Ou ainda, privilegia a sucessão de teorias explicativas DO mundo em contraponto com o evoluer das práticas – técnico-científicas – de ação NO mundo. São atividades que privilegiam ou a ordem do *mental* ou a do *material*. Esta ambivalência também se expressou na dualidade entre a clássica história das ideias – filosóficas ou científicas – e a história das práticas sociais e das técnicas.

Tratam-se de duas alternativas compreensivas difundidas em dois grupos de perspectivas: a realista e a pragmática. Seja entre aqueles que supõem que as teorias científicas nos falam da estrutura intrínseca e última da realidade, que nos desvendam e explicam o Real, ou seja, entre aqueles outros que imaginam que essas teorias são simplesmente instrumentos para o agir e o viver, e que assim também sirvam para intervir, para prever e controlar os eventos do mundo natural. Neste último caso, temos uma inclinação pragmática que não estabelece um compromisso ontológico entre as teorias e a estrutura “verdadeira” do mundo, como preconiza a primeira perspectiva, tais questões nem se colocam. Para a orientação pragmática, o que importa “verdadeiramente” é saber se movimentar no mundo, interagir com as coisas do mundo.

Já uma compreensão que trabalhe com a noção de conhecimento como representação – realista – se caracteriza por buscar a fidelidade desse conhecimento com o representado, daí advém seu compromisso com critérios de Verdade que sirvam de garante desse conhecimento como reprodução do Real. Há aqui, nessa perspectiva, dois protocolos estabelecidos e que se mostram bastante problemáticos: um epistemológico, que introduz o conceito de Verdade; e outro, metafísico, que delinea no horizonte de expectativas os contornos do Real. Verdade e Real navegam em uma operação casada que foi modelar para o ideário das teorias representacionais pelos séculos XVII a XIX e avançou pelo XX.

Isso reflete um compromisso realista nessas teorias e que solicita um esclarecimento. Ocorre uma polissemia no termo “realismo”. São posições que, em geral, se complementam: um realismo epistemológico ou gnosiológico que se ocupa unicamente do modo

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

de conhecer e um realismo metafísico ou ontológico que trata do modo de ser do Real. (MORA, 1981, p. 2795)

Aquelas duas entidades metafísicas – o Real e a Verdade – típicas das teorias da representação reaparecem aqui como características de modalidades de realismo: a Verdade de um conhecimento, expressa o realismo gnosiológico, e a pretensão de se estar tratando diretamente do Real, um realismo ontológico. Ambas se fundamentam em uma divisão clássica em toda teoria do conhecimento: a separação entre o sujeito que conhece e o objeto a ser conhecido. Esta separação garantiria o ideal de objetividade em oposição à infiltração das subjetividades nos processos cognitivos. Essa associação das teorias representacionais com o realismo e com o corte sujeito-objeto constituirá o cerne de suas dificuldades futuras. São dificuldades que decorrem de uma ideia bastante questionável e simplista de objetividade como algo que emergiria do objeto, sem a influência do sujeito. Um realismo ingênuo no qual o objeto, o Real, se mostraria em si e por si.

Já nosso momento histórico – nesse alvorecer do século XXI – inclina-se em favor da pragmática das interações em detrimento da epistemologia da cognição. Isso impõe uma valorização diferenciada ao tema do fazer e do agir como uma intervenção no mundo, uma ação que também é exercida *pele* mundo, isto é, o tema da agência material descortinado por uma “teoria” da prática. A prática é uma ocorrência *no* mundo que implica em interatividade *com* o mundo. Sherry Ortner já fazia sua defesa nos idos da década de 1980 e propunha que o estudo da prática seria o estudo de todas as formas de ação humana.

Argumentarei que um novo símbolo chave de orientação teórica está aparecendo, e que pode ser chamado “prática” (ou “ação” ou “praxis”). Nem sequer é uma teoria ou um método em si, mas, como eu disse, um símbolo, o nome sob o qual uma variedade de teorias e métodos estão sendo desenvolvidos. (ORTNER, 1984, p. 126, tradução nossa)

Com uma “teoria” da práxis – sempre suposta como interativa – torna-se essencial avaliar o mundo como um elemento agenciador, constitutivo, e não como um cenário estático, inerte, para as ações humanas. O palco integra e participa dessas ações. A agência material designaria um novo “ator” tão atuante quanto o clássico “ator social”, o outrora solitário agente humano, um ser volitivo e até mesmo

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

voluntarioso. Pensa-se hoje mais em uma integração, na interação homem-natureza, ou na forma relacional que ocorre entre o indivíduo e o seu meio circundante, seja este meio tanto societário quanto inanimado – esta é a percepção de uma ecologia como condição para o ser histórico. O conceito de agência material decreta o fim do modelo de ações executadas por um único ser racional, o protagonista isolado do mundo e de suas coisas, e traz para o cenário das ações diversos outros coautores silenciados. No âmbito mais geral, várias disciplinas adotam esta questão entre suas preocupações, da Antropologia à Sociologia, da Arqueologia à Psicologia. As ciências sociais e humanas encontram-se hoje ante o desafio de compreender como a agência material afeta a constituição de seu objeto de pesquisa e atinge a produção de seu saber disciplinar.

A nova e necessária gramática situa-se entre os dois mundos: o natural e o social, o material e o mental. Faz-se necessária uma integração entre natureza e sociedade, urge uma ecologia para a atividade humana. Assim emerge uma nova proposta em favor da análise das práticas e da agência material.

Um aspecto daí decorrente é o da relação das palavras com as coisas materiais – que era “resolvido” pela semântica e pelas “teorias” referenciais do significado – outro, é o das palavras já implicarem em ações no mundo, o que trará para primeiro plano as “teorias” da enunciação, ou seja, do fazer que ocorre no dizer.

Ainda há outras dificuldades e desafios que já se anunciavam desde meados do século XX. Trata-se do desentendimento sobre o que é a linguagem, sobre suas qualidades constitucionais. A linguagem apresentava-se como a mais típica das características distintivas da racionalidade humana e tornara-se o alicerce dos modelos representacionais. Um produto das mentes dos indivíduos ansiosos para verbalizar pensamentos que já habitavam sua racionalidade criativa. Uma representação, pensava-se, desenhava em palavras uma reprodução fidedigna das cenas do mundo. Esta fidelidade estava baseada na pretensa referência de cada palavra a um dado objeto material. A palavra “árvore” estaria colada sobre o objeto árvore, sem ambiguidade, e refletiria em seu uso a intenção do autor em designar aquele objeto através de um sintagma.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

Nesse modelo, a reunião entre o sujeito e seu objeto era obtida de maneira fraudulenta através de uma semântica referencial que “colava” palavras às coisas e, nessa fraude, cultura textual e natureza material eram efetivamente oponentes radicais. Assim o demonstrava – ao lado da invasão sociologizante – uma nova guinada trazida pela análise linguística conhecida como *linguistic turn*. Os estudos de linguagem trouxeram o novo consenso de que as palavras não apresentavam mais tanta clareza e unicidade ao designarem as coisas do mundo.⁴ Fraturou-se cada palavra, o trinômio referente-significado-significante perde sua coesão interna e assim o discurso deixa de ter um significado unívoco e perde a sua âncora no mundo dito “real” – uma ancoragem necessária a todas as formas de representação realista do mundo. Tanto o referente como o significado não estão mais indissolivelmente ligados a cada palavra e ao mundo material como outrora se pensava. Dessa forma, a linguagem como mero transporte transparente de ideias que se conectariam aos fatos do mundo perde procedência. Há mais certeza na existência abstrata dos textos linguísticos – em uma espécie de concretude virtual – do que nas pretensas referências materiais e realistas desses textos. Aquilo que é designado por um texto perde materialidade, o referente se esfumaça, o mais-além-do-texto é incógnito, inacessível. O texto parece conter toda a realidade possível, esgota-se em si mesmo. Somente há textos. “Tudo é texto” transforma-se em bordão relativista. Mais uma vez o realismo representacional é duramente contrariado.

Na área da disciplina História, mesmo hoje, esta questão ainda é bastante problemática e os historiadores se perguntam qual a diferença entre um discurso histórico, pretensamente realista, e um estritamente ficcional. A aporia posta entre o que é ficção e o que é a realidade histórica em uma narrativa ainda solicita atenção da pesquisa.

Nesses conflitos em torno da linguagem, o próprio avanço do trabalho em semiologia – que já traria em seu desenvolvimento outros aspectos críticos da compreensão de linguagem como mera pro-

⁴ Desde Saussure a Linguística abria-se a novas compreensões, caminhava rumo à semiologia que trazia possibilidades outras para a relação dos signos com as coisas e, de ambos, com os indivíduos falantes.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

dução mental⁵ – introduziu o sujeito, isto é, a subjetividade, como constituinte dos discursos, nos quais o sentido do discurso difere radicalmente do significado hipostasiado pelas palavras, um significado que seria uma qualidade intrínseca de cada palavra. O sentido de um texto em semiologia depende de diversos componentes, alguns extradiscursivos. O referente e sua unicidade saem de cena. Mais uma vez, o Real, evanesceu-se.

A semiologia – especialmente a de origem barthesiana – insiste em renovar a compreensão do que é a linguagem e nos conduz em direção à sua materialidade, seja por uma semiologia dos objetos, ou seja, através da pragmática de utilização dos signos, apostando em uma etnografia que acompanhe os usuários da língua e os procedimentos desenvolvidos na enunciação. Nesse olhar, a linguagem se relaciona com o mundo material não através do referente ou de suas designações semânticas, mas por intermédio de seu processo de produção e de funcionamento, nas cenas de enunciação.

O desafio contemporâneo encontra-se na ultrapassagem do construtivismo social que muito contribuiu para renovar a pesquisa nas ciências humanas e sociais. Desde o aparecimento do “*Construção social da realidade*”, em 1966, de Berger e Luckmann que o realismo cientificista não foi mais o mesmo, entretanto, hoje, após tantas décadas, o relativismo já atingiu o necessário ponto de viragem e solicita mais refinamento. Precisamos urgentemente de mais uma renovação para o projeto sociológico que incorpore uma visão mais ampla e completa do elemento social com seus contornos e enraizamentos materiais. A disjunção entre sociedade e natureza caducou. Uma sociedade não pode mais ser pensada como um mundo à parte. Uma sociedade é caracterizada pela forma através da qual se enraíza e interage com o mundo natural. A estabilidade, sucesso e funcionamento de cada sociedade, é sustentada pelo formato de (sobre)vivência material dos seus indivíduos. A vitalidade social é alimentada pelo tipo de relação estabelecida com o mundo natural, ou como diria

⁵ Há outras percepções de linguagem, mais recentes, que se colocam na contramão do olhar mentalista. A semiologia que é desenvolvida desde Barthes termina por apontar uma pragmática da linguagem e a acopla à sua materialidade. Ver em Maia, 2006, uma apresentação da materialidade da linguagem.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

Marx, “depende de como a sociedade produz suas riquezas”, de como equaciona os desafios postos pelo mundo. Os processos de produção da vida social são simultaneamente naturais e sociais, inseparáveis. Onde começa a sociedade e onde termina a natureza? É possível pensar uma sociedade sem natureza?⁶

Já com as novas implicações ecológicas postas pelos anos das décadas de 1960 e 1970, entramos em um momento que exige uma historiografia que trate as questões de meio ambiente como questões sociológicas. Os problemas ambientais devem ser encarados como problemas mistos, de natureza-cultura. Poluição, aquecimento global, desmatamento, produção energética, esgotamento de recursos, fome e desastres ambientais são problemas de natureza-sociedade. Uma sociologia efetiva, apta a entender os dias atuais, não pode se restringir a uma sociologia dos humanos isolados, sem materialidade, como se fossem “espíritos humanos” desencarnados; há uma “natureza” material intrínseca. Estamos num momento historiográfico que impõe um projeto sociológico que encampe o construtivismo porém não se esgote nele. Uma sociologia ambiental, uma eco-sociologia, é a melhor designação para tratar dessa ampliação integradora, como sugere Lisa Asplen, 2006. Com a agência o que temos é uma *construção sociomaterial* da realidade.

Dessa forma, este artigo examina o próprio caráter da noção de agência como um sucedâneo dos modelos representacionais típicos da epistemologia da cognição. A agência situa-se em favor de uma “teoria” da prática que toma a performance localmente situada na qual contexto e “atores” são – todos – ativos. Admite-se a ideia integradora de interdependência entre os agentes, posta por uma ecologia do humano.

Hoje, a noção de agência, apesar de ocupar um lugar central nas pesquisas, ainda carece de alguns refinamentos que a apresentem como “entidade etnográfica” em toda sua extensão. Há necessidade de se olhar agência como a forma pela qual a relação homem-natureza é efetivamente realizada como uma ecologia. Em uma teoria da prática ambos, homem e natureza, atuam e formam a base a-

⁶ Esta é a base de preocupações que nos leva ao encontro da proposta de “pós-social” de Karin Knorr Cetina.

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, N° 04

genciadora; dito de outro modo, o antigo binômio sujeito-objeto é refeito, encontra-se agora amalgamado e conforma a agência como síntese para um dueto interativo.

Esta alternativa em favor da agência resgata o homem em sua efetiva prática societária e natural, desde sua mais primal experiência vivencial. Homem e natureza encontram-se integrados em uma práxis que desenha um cenário de múltiplos e variados “atores”. Tudo e todos participam. A natureza do homem está integrada à natureza das coisas. Assim se recupera e intensifica clássicas propostas já anunciadas pelas “teorias” da prática que, ainda no século XIX, partiam do pressuposto de analisar a ação humana desde seus primeiros princípios, ou seja, a vida e a história humana consideradas como uma questão de sobrevivência. Dessa forma, descortinamos o movimento inaugural da história: os homens buscam satisfazer suas necessidades de sobrevivência ao trabalharem a natureza.

Não há separação entre um universo interior, mental, e outro corpóreo, material. Há uma unidade interativa. Através do trabalho o homem se relaciona com a natureza e com os outros homens. Não há espaço para relativismos subjetivos, há uma objetividade interativa, está-se ante um realismo prático, um “*agential realism*”.⁷ Transforma-se efetivamente o mundo, a natureza, e transformam-se simultaneamente os homens, as relações que eles estabelecem entre si. Da pedra lascada à polida, do fogo à panela, da coleta e caça à agricultura e pecuária, há uma série de etapas de trabalho material e mental. Um evoluir de agências. Formas sucessivas de agenciamento que movimentam a história. Produzem a humanização do homem e alteram também a superfície do planeta. O mundo antes de ser compreendido como conjunto de fatos é um mundo de agências, como se refere Pickering,⁸ um mundo de trabalho. A história do mundo, da “civilização”, é a história das agências envolvidas, da pedra lascada à polida e aos metais. Uma história das agências, uma história das formas de trabalho.

⁷ “*Agential realism*” é um conceito básico em Karen Barad (1999).

⁸ Pickering (1995, p. 6): “the world is filled not, in the first instance, with facts and observations, but with agency.”

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

Por essas considerações, este artigo situa-se também contra a interpretação da linguagem como uma invenção da mente racional voltada para expressar ideias que já estariam pré-estabelecidas e, dessa forma, inaugurar e promover as relações humanas. Esse modelo de linguagem, típico de uma teoria da comunicação ingênua, dá sustentação à noção de representação das ideias que capturam a realidade diretamente do mundo sensível. Nossa compreensão de linguagem – afim com a Antropologia Linguística contemporânea – a pressupõe como agência de interação. Uma interação múltipla: dos agentes humanos entre si e destes com o meio circundante que os coage. Trata-se de um agenciamento mútuo que vincula forma e conteúdo, que consolida contexto e texto em uma unidade de ações recíprocas. A clássica noção de contexto como um entorno que meramente delimita a desempenho linguístico é então valorizado como produto/produtor das significações linguísticas. Assim, toma-se linguagem como *uma forma de ação que ao mesmo tempo pressupõe e realiza modos de estar no mundo*, como orienta Duranti, 2000, um dos mentores da análise antropológica da linguagem.

A impressão que se tem é que primeiro existe a linguagem (com palavras que têm significados, afirmações capazes de serem verdadeiras ou falsas) e depois, isso dado, vem ela a entrar dentro do relacionamento humano e a ser modificada por aquele particular sistema de relações humanas dentro do qual assim entra. (...) O que se omite é que essas mesmas categorias de significado etc., são logicamente dependentes, para seu próprio sentido, da interação social entre os homens. (...) Não se discute como a própria existência dos conceitos depende da vida em grupo (WINCH, 1958, p. 44)

Assim estamos em conflito com o modelo racionalista que supõe a linguagem como um mero mediador da comunicação mental de pensamentos que já estariam situados nas subjetividades humanas. Nossa compreensão de linguagem encontra-se alimentada por uma percepção pragmática que sugere a linguagem como ação concreta no mundo. Uma ação que absorve a gramática *do* mundo, a reconstitui e a devolve – *para* o mundo – como uma sintaxe linguística que sustenta a agência desse falante no mundo.

Esta perspectiva endossa um modo construtivista para as interações humanas que transcende qualquer ênfase dada ao indivíduo isoladamente. É através de seu caráter relacional que se definem as maneiras de ser e pensar – e de falar – que são desenvolvidas pelos

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

sujeitos, sempre, de forma interativa. Pensa-se que a linguagem é o laço social básico entre os sujeitos. Mas não só entre eles, os humanos entre si; trata-se de uma interação ampla: entre as pessoas, sim, porém situadas em circunstâncias e vivências específicas no mundo. Ou seja, o caráter relacional que se designa aqui é mais abrangente do que o de mera relação entre humanos, ele transborda para o mundo que nos cerca e sobre o qual falamos. Extraímos do mundo grande parte de nossos motivos e de nossas vivências. Todo dialogismo está situado em cenas de interlocução *no* mundo. Há uma materialidade “exterior” ao simples existir – “isolado”: pretensamente autônomo – dos animais ditos humanos que enformam os seus modos de viver, as suas formas de vida (Wittgenstein). Dão corpo à alma. Dão materialidade à linguagem. Uma linguagem como ação concreta. A base para toda essa enunciação está no conceito de agência. *Mas, afinal, o que é a linguagem como uma agência?*

A operação de significar algo do mundo decorre de um agenciamento dos sujeitos com os seus pretensos objetos, o mundo. A constituição simbólica do mundo como artefato através de um léxico, de uma sintaxe e de uma gramática, é o coroamento dessas agências nas quais a linguagem é sempre uma participante essencial.

Não conheço outra hipótese explicativa mais consistente para a formação da linguagem do que esta proposta etnográfica que a situa como prática histórica efetiva. O modelo mentalista para a linguagem carece de qualquer fundamentação histórica. É uma representação erigida na Antiguidade e que se fortaleceu na Idade Média, uma representação que precisa ser revisada e que possui todas as características de um mito. Um mito que exige um movimento iconoclasta para desvencilhar as ciências sociais do seu último e derradeiro reduto que propõe a ruptura entre o mental e o material, entre a natureza e a sociedade. A linguagem se constituiu em uma prática coletiva de interação com o mundo natural. É uma prática discursiva, é uma prática e também um discurso. *“Práticas discursivas produzem, mais que meramente descrevem, o “sujeito” e o “objeto” das práticas de conhecimento”*. (BARAD, 2003, p. 818, tradução minha)

As práticas discursivas e os fenômenos materiais não estão em uma relação de exterioridade, um para o outro; ou melhor, o material e o discursivo implicam-se mutuamente pela dinâmica da intra-atividade. Mas não são redutíveis um ao outro. A relação entre o material e o discursivo

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

é de implicação recíproca (...) matéria e significação estão em articulação mútua. Nem as práticas discursivas nem os fenômenos materiais são ontologicamente ou epistemologicamente prévios. Nenhum pode ser explicado em termos do outro. Nem possui status privilegiado na determinação do outro. (BARAD, 2003, p. 822, tradução minha)

Esse conjunto de argumentos sintetiza aquilo que designo como pós-social. O termo “pós-social” indica a necessidade de se expandir a nomenclatura de “social”, e claro, os conceitos e percepções a ela associados. O social tal como era compreendido classicamente nas ciências sociais: um social que se satisfaz com a percepção de humanos isolados entre si e que implica na separação entre sociedade e natureza, uma sociedade extraída do seu contexto, do ambiente no qual ela própria e as pessoas se reificam. Mas isto é uma ficção. Não existe a sociedade composta exclusivamente por humanos. Sempre há um ambiente, um contexto material contra o qual a sociedade reage. A história e a sociologia estão habituadas a conceituar o social como a relação entre os homens e aí se situarem comodamente. É uma simplificação grosseira. É uma semântica equivocada – o social deve incorporar o cenário no qual os homens vivem, o ambiente no qual se desenvolvem as relações humanas. As relações humanas são amplas e variadas em suas inúmeras facetas. Há relações estritamente interpessoais e há relações promovidas com as coisas, ambas são vitais. O corte natureza-sociedade produz diversos equívocos e dá sinais de seu esgotamento.

Quando Knorr Cetina lançou a hipótese do “pós-social” ela estava avaliando nosso momento de aceleradas transformações nas quais, cada vez mais, os humanos estão envolvidos com relações objetivas e constituem o que Lash denomina de novas “formas tecnológicas de vida” (LASH, 2001). As relações materiais das pessoas são crescentes e solicitam uma mudança de perspectiva em ciências sociais:

A noção de uma sociabilidade com objetos requer uma extensão, se não uma ampliação da imaginação sociológica e do vocabulário. Se o argumento sobre uma transição pós-social contemporânea estiver correto, essas extensões deverão ser necessárias em vários aspectos; fazê-las é possivelmente o principal desafio que confronta a teoria social hoje. (CETINA, 1997, p. 2, tradução minha)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Cadernos do CNLF, Vol. XIII, Nº 04

AHEARN, Laura M. Language and agency. *Annu. Rev. Anthropol.* 2001, 30, p. 109-37.

ASPLEN, Lisa. Decentering Environmental Sociology: Lessons from Post-Humanist Science and Technology Studies. *Annual Meeting of the American Sociological Association, Montreal Convention Center*, Montreal, Quebec, Canada, Aug 10, 2006. Disponível em: <http://www.allacademic.com/meta/p104647_index.html>. Acesso em 18 nov. 2008

BARAD, Karen. Agential realism: feminist interventions in understanding scientific practices. **In:** BIAGIOLI, Mario (ed.). *The science studies reader*. New York: Routledge, 1999. p. 1-11.

_____. Karen. Posthumanist Performativity: Toward an Understanding of How Matter Comes to Matter. *Signs: Journal of Women in Culture and Society*, vol. 28, n. 3, 2003. p. 801-831.

CETINA, Karin Knorr; Sociality with Objects: Social Relations in Postsocial Knowledge Societies. *Theory Culture Society*, vol 14(4), 1997. p. 1-30.

DURANTI, Alesandro. *Antropología lingüística*. Madrid: Cambridge University Press, 2000.

LASH, Scott. Technological Forms of Life; *Theory, Culture & Society*; Vol. 18(1); 2001. p. 105-120.

MAIA, Carlos A. A materialidade da linguagem na história e na ciência. **In:** *Linguística Textual, Pragmática etc. Cadernos do CNLF*. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2006, v. X, nº. 13, p. 45-56.

MORA, José Ferrater. *Diccionario de Filosofia*. Madrid: Alianza, 1981, 4 v.

ORTNER, Sherry B; Theory in Anthropology since the Sixties. *Comparative Studies in Society and History*; 1984, 26; 1984. p. 126-166.

PICKERING, Andrew. *The mangle of practice: time, agency, and science*. Chicago: The University of Chicago Press, 1995.

WINCH, Peter. *The idea of social science and its relation to philosophy*. London: Routledge and Kegan Paul, 1958.